§ 3.º As contas da gerencia serão pela Junta referidas a annos economicos.

§ 4.º Alem do relatorio a quo se refere o n.º 11.º do artigo 55.º a Junta de Credito Agricola apresentará annualmente, ao Parlamento e ao Tribunal de Contas o relatorio e contas da sua gerencia.

§ 5.º As contas da gerencia devidamente documentadas, serão enviadas pela Junta, por intermedio da 9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Publica, ao Tribunal de Contas até o dia 30 de agosto impreterivelmente.

CAPITULO VII

Dos colleiros communs

Art. 70.º No fundo especial de Credito Agricola criado de harmonia com o disposto no artigo 5.º do presente decreto com força de lei, será incorporada a importancia proveniente da liquidação dos fundos dos extinctos colleiros communs municipaes e parochiaes.

§ 1.º A Junta de Credito Agricola compete proceder ou mandar proceder por seus agentes ou delegados, á liquidação, no mais curto prazo, dos fundos a que allude este artigo.

§ 2.º O producto da liquidação a que se refere o presente artigo será pela Junta depositado no Banco de Portugal, e tão somente distribuido por empréstimos ás Caixas de Credito Agricola Mutuo mencionadas no capitulo III, que funcionarem nas freguesias, no concelho ou concelhos que servia o colleiro a que pertenciam os ditos fundos.

§ 3.º Quando na area de acção de qualquer dos antigos colleiros communs não existir Caixa de Credito Agricola Mutuo, os capitães d'aquellas instituições serão mutuados ás Caixas servindo os concelhos mais proximos.

§ 4.º Os fundos dos colleiros communs de instituição particular igualmente serão liquidados, e do producto d'esta liquidação poderão livremente dispor os seus proprietarios, nos termos das leis geraes.

Art. 71.º O producto da liquidação dos fundos de que trata o precedente artigo será dado por empréstimo ás Caixas nos termos fixados no presente decreto com força de lei, mas a um juro não superior a 1 por cento ao anno e será pelas mesmas Caixas mutuado aos seus socios ao juro maximo de 3 por cento.

§ 1.º Na distribuição de capitães pelos socios da Caixa de Credito Agricola Mutuo, feita na conformidade do presente artigo, terão sempre preferencia os agricultores mais pobres e necessitados.

§ 2.º A resolução pelas Caixas tomadas em obediencia ao disposto no anterior paragrapho, é applicavel o disposto no § unico do artigo 28.º d'este decreto.

CAPITULO VIII

A Caixa Economica Portuguesa e o Credito Agricola

Art. 72.º Serão comprehendidos na applicação dos fundos da Caixa Economica Portuguesa administrados pela Caixa Geral dos Depositos e Instituições de Previdencia os empréstimos ás Caixas de Credito Agricola Mutuo realizados nos precisos termos do presente decreto com força de lei.

§ unico. A parte d'estes fundos que poderá ser destinada a operações de credito agricola será, trimestralmente fixada pelo Ministro das Finanças, ouvido o Conselho Geral da Caixa, e será desde logo communicado, pelo mesmo Ministro, á Junta de Credito Agricola.

CAPITULO IX

Dos syndicatos e associações agricolas

Art. 73.º Aos syndicatos agricolas fica expressamente prohibida a realização das operações que pela 2.ª parte do n.º 2.º do § 2.º do artigo 1.º da lei de 3 de abril de 1896 lhes foram consentidas.

§ unico. Os directores dos syndicatos agricolas que infringirem o disposto no presente artigo e os socios que d'essa infracção se aproveitarem incorrem na pena de desobediencia, sendo competentes para contra elles requererem processo judicial qualquer socio do mesmo syndicato e a Junta de Credito Agricola.

Art. 74.º A Junta de Credito Agricola cumpre desempenhar, relativamente aos syndicatos e associações agricolas inscritas como socios de qualquer Caixa de Credito Agricola Mutuo ou que simultaneamente com a mesma Caixa se organizarem, as attribuições que pelo artigo 10.º da organização dos serviços da antiga Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria, approvada por decreto de 21 de janeiro de 1903, foram commettidas á 3.ª Secção da 1.ª Repartição da Direcção Geral da Agricultura.

CAPITULO X

Disposições transitorias

Art. 75.º As actuaes Caixas de Credito Agricola que quizerem usufruir das vantagens concedidas por este decreto, haverão, quando necessario, de modificar a sua organização e modo de ser, harmonizando-os com o preceituado no capitulo III d'este diploma.

§ unico. As modificações ou alterações estatutarias que o presente artigo motivar é applicavel o disposto no § 2.º do artigo 17.º

Art. 76.º As operações de credito agricola autorizadas e regulamentadas pelo presente decreto com força de lei iniciar se-hão com os subsidios e auxilio do Estado, provenientes do fundo especial de Credito Agricola criado pelo artigo 5.º, logo que estejam constituídas, pelo menos dez caixas de credito agricola mutuo.

Art. 77.º Salva a restricção consignada no anterior artigo, o presente decreto com força de lei entrará immediatamente em vigor e a Junta de Credito Agricola será

organizada e começará funcionando, devendo os vogaes a que allude o n.º 5.º do artigo 58.º serem, pelo Governo, livremente nomeados de entre as pessoas de reconhecida competencia nos assuntos a tratar.

§ 1.º Quaesquer quantias que, durante o periodo transitorio do seu funcionamento, a Junta receber em virtude da liquidação dos fundos dos antigos colleiros communs ordenada pelo artigo 70.º e seus paragraphos, serão pela Junta depositadas, em conta especial e á sua ordem na Caixa Economica annexa á Caixa Geral de Depositos e Instituições de Previdencia, e só poderão ser levantadas á proporção que se torne necessario dar-lhes a applicação, neste mesmo decreto com força de lei consignada.

§ 2.º As transferencias de fundos que, nos termos d'este artigo, haja a fazer da sede da Junta para as localidades onde funcionam as Caixas de Credito Agricola Mutuo e d'estas para aquella, operar-se-hão nos termos do artigo 8.º d'este decreto com força de lei.

§ 3.º Os vogaes da Junta nomeados pelo Governo, em obediencia ao disposto neste artigo, serão substituidos pelos propostos pelas Caixas de Credito Agricola Mutuo, na conformidade do § 1.º do artigo 49.º, logo que, nos termos do anterior artigo, se iniciem as operações nelle referidas.

CAPITULO XI

Disposições geraes

Art. 78.º Este decreto com força de lei entra immediatamente em execução e será sujeito á apreciação da proxima Assembleia Nacional Constituinte.

§ unico. O presente decreto com força de lei apenas terá applicação ao continente, devendo o Governo, logo que possível for, torná-lo extensivo ás ilhas adjacentes.

Art. 79.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencerem, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo Republica, em 1 de março de 1911.—*Joaquim Theophilo Braga*—*Antonio José de Almeida*—*Afonso Costa*—*José Relvas*—*Antonio Xavier Correia Barreto*—*Amaro de Azevedo Gomes*—*Bernardino Machado*—*Manuel de Brito Camacho*.

Faço saber, como Presidente do Governo Provisorio da Republica Portuguesa, aos que este meu alvará virem que, sendo-me presentes os estatutos com que pretende constituir-se um syndicato agricola com a denominação de Syndicato Agricola de Alcacer do Sal, com sede em Alcacer do Sal;

Visto o artigo 3.º da carta de lei de 3 de abril de 1896:

Hei por bem approvar os estatutos do referido Syndicato, que constam de seis capitulos e vinte e tres artigos, o baixam com este alvará assinado pelo Ministro do Fomento, ficando o mesmo Syndicato sujeito ás disposições da referida carta de lei de 3 de abril de 1896, pela qual sempre e em qualquer hypothese se deverá regular, e com a expressa clausula de que esta approvação lhe poderá ser retirada quando se desvie dos fins para que é instituido, ou não cumpra fielmente os seus estatutos.

Pelo que mando a todos os tribunaes, autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'este alvará competir, que o cumpram e guardem e façam cumprir e guardar, tão inteiramente como nelle se contém.

Não pagou direitos de mercê nem de sello, por os não dever.

E por firmeza do que dito é, este vae por mim assinado.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 5 de abril de 1911.—*Joaquim Theophilo Braga*—*Manuel de Brito Camacho*.

Alvará concedendo a approvação dos estatutos do Syndicato Agricola de Alcacer do Sal.

Passou-se por despacho de 1 de abril de 1911.

Estatutos do Syndicato Agricola de Alcacer do Sal

CAPITULO I

Constituição e fins do syndicato

Artigo 1.º Entre os agricultores do concelho de Alcacer do Sal é constituída uma sociedade com o nome de Syndicato Agricola de Alcacer do Sal, que se regerá pela lei de 3 de abril de 1896 e pelas seguintes disposições:

Art. 2.º A sede do Syndicato é em Alcacer do Sal e a sua duração indeterminada.

Art. 3.º Podem fazer parte do Syndicato todos os agricultores do respectivo concelho e as pessoas que exerçam profissão correlativa.

§ unico. Podem igualmente ser admittidos como membros do Syndicato, agricultores de concelhos limitrophes, que assim o requeram.

Art. 4.º O Syndicato tem por fim estudar e defender os interesses agricolas dos seus associados e, especificadamente:

1.º Promover a instrucção agricola pelo estabelecimento de bibliotecas, cursos, conferencias, concursos e campos de experiencia.

2.º Facultar aos associados a aquisição de adubos, sementes e plantas em condições vantajosas de preço e qualidade, e, bem assim, a compra ou exploração em commum, ou em particular, de machinas agricolas e animaes reproductores.

3.º Procurar mercados para os productos agricolas dos socios e facilitar as relações entre estes e os compradores de dentro e fora da Republica.

4.º Celebrar com as empresas de transportes terrestres, fluvias ou maritimos, contratos para os transportes por preços reduzidos dos generos vinícolas, adubos, animaes e machinas, pertencentes ao Syndicato ou aos seus socios.

5.º Indicar aos tribunaes peritos e avaliadores, fornecer-lhes esclarecimentos e julgar arbitralmente as contestações entre os socios, quando estes o requeram.

6.º Proceder a ensaios de culturas, de adubos, de machinas e instrumentos aperfeiçoados e de quaesquer outros meios tendentes a facilitar o trabalho, reduzir os preços de custo e aumentar a produção.

7.º Promover e auxiliar a criação de instituições de credito agricola, seguros agricolas, caixas economicas, caixas de socorros mutuos, sociedades cooperativas, sociedades de seguros mutuos, frutuarias e quaesquer outras instituições que tenham por fim o desenvolvimento agricola dos associados.

CAPITULO II

Admissão dos socios

Art. 5.º O Syndicato terá tres especies de socios: benemeritos, fundadores e ordinarios.

São considerados socios benemeritos os que, de qualquer modo, auxiliem o Syndicato.

Os socios fundadores pagarão a joia de entrada de réis 5\$000 e a quota mensal de 500 réis.

Os socios ordinarios pagarão a joia de entrada de 2\$000 réis e a quota mensal de 200 réis.

Art. 6.º Para ser admittido socio é preciso ser proposto por dois socios á Direcção, a qual resolverá, havendo recurso da decisão para a Assembleia geral.

Art. 7.º Qualquer socio pode livremente demittir-se, enviando a sua demissão por escrito ao presidente da Direcção, ficando, porem, sem direito ao fundo social do Syndicato.

§ unico. Entender-se-ha por desistencia de socio, o facto de, sem justificação, deixar de pagar as respectivas quotas em tres meses consecutivos.

Art. 8.º Serão excluidos do Syndicato os socios:

a) Quo faltarem aos seus compromissos com o Syndicato;

b) Que transferirem para terceiros os beneficios que só aos socios é licito gozar.

§ unico. O socio que transgrida o disposto neste artigo será sempre ouvido a respeito das infracções commettidas antes de ser excluido do Syndicato, devendo porem responder á previa interpeção que, por escrito, lhe será feita pela Direcção dentro do prazo de quinze dias, findo o qual a Direcção deliberará, conforme houver por mais conveniente.

CAPITULO III

Administração do Syndicato

Art. 9.º Os corpos gerentes do syndicato são a Direcção e o Conselho fiscal.

Art. 10.º A Direcção compõe-se de cinco membros eleitos pela Assembleia geral, que servirão um anno, e que poderão ser reeleitos.

§ 1.º A Direcção nomeará entre os seus membros presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretarios e thesoureiro.

§ 2.º Para supprir as faltas de qualquer director effectivo haverá cinco directores substitutos.

Art. 11.º São attribuições da Direcção:

1.º O estabelecimento de relações commerciaes com os fornecedores;

2.º A aquisição de artigos para o Syndicato;

3.º Fixar os preços e condições de venda;

4.º Fiscalizar o aluguer de machinas e utensilios;

5.º Nomear e demittir os empregados estipendiados;

6.º Confeccionar o relatorio annual de gerencia e contas;

7.º Organizar todos os trabalhos de propaganda e de instrucção agricola;

8.º Pedir a convocação da Assembleia geral, quando o julgar conveniente;

9.º Resolver sobre colligações temporarias para qualquer dos fins do Syndicato, em harmonia com a lei;

10.º Representar, finalmente, para todos os effectos o Syndicato.

Art. 12.º O Conselho fiscal compõe-se de tres membros eleitos pela Assembleia geral, que servirão um anno, podendo ser reeleitos.

§ 1.º O Conselho nomeará, entre os seus membros, presidente, vice-presidente e secretario.

§ 2.º Para supprir as faltas de qualquer membro effectivo haverá tres membros substitutos.

Art. 13.º São attribuições do Conselho:

1.º Examinar os livros da escrituração do Syndicato e verificar se os actos da Direcção estão em harmonia com a lei e com os estatutos e não são contrarios aos interesses do Syndicato.

2.º Requerer a convocação da Assembleia geral, quando o julgar conveniente.

3.º Dar o seu parecer por escrito sobre o balanço e contas annuaes do Syndicato.

4.º Dar o seu voto consultivo á Direcção, quando esta d'elle carecer.

Art. 14.º O desempenho dos cargos do Syndicato é obrigatorio.

CAPITULO IV

Assembleia geral

Art. 15.º A Assembleia geral, composta de todos os membros do syndicato, reúne ordinariamente uma vez em cada anno até o fim do mês de janeiro, competindo-lhe:

1.º Apreciação do balanço geral, relatorio da Direcção e parecer do Conselho fiscal.

2.º A eleição dos diferentes cargos do Syndicato, quando essa eleição tenha de realizar-se.

3.º Resolver sobre colligações permanentes com outros syndicatos para constituir centros de relações de estudos economico ou agricolas, para promover e defender os respectivos interesses dentro da esfera dos estatutos e leis communs applicaveis.

Art. 16.º Alem da reunião ordinaria da Assembleia geral, a que se refere o artigo antecedente, poderá a mesma reunir extraordinariamente a requerimento da Direcção, do Conselho fiscal ou de um grupo de dez socios, declarando estes qual o assunto a tratar.

Art. 17.º Para se constituir a Assembleia geral, ordinaria ou extraordinaria, é preciso que esteja presente, ou representada, a maioria dos socios.

§ 1.º O socio ausente só poderá ser representado por outro socio, o qual não poderá acceitar mais do que uma representação.

§ 2.º As representações serão dadas por meio de procuração bastante.

§ 3.º Não podendo effectuar-se a Assembleia geral ordinaria ou extraordinaria por falta de numero, será convocada nova reunião, com qualquer numero de socios.

§ 4.º As propostas que se referirem a alteração de estatutos e que tenham de ser apresentadas em Assembleia geral, deverão ser enviadas ao Presidente da Direcção com dez dias de antecedencia do dia da reunião, a fim de poderem ser apresentadas á Assembleia pelo referido Presidente, devidamente informadas.

Art. 18.º É prohibido deliberar, em qualquer Assembleia, geral, sobre assunto estranho ao da convocação.

Art. 19.º As deliberações da Assembleia são tomadas por maioria de votos presentes, salvo e caso de se tratar de qualquer modificação nos estatutos ou dissolução do Syndicato, para o que serão necessarios dois terços dos votos presentes ou representados.

Art. 20.º A Assembleia geral terá um presidente, um vice-presidente e dois secretarios eleitos annualmente pela mesma Assembleia.

CAPITULO V

Fundo do Syndicato

Art. 21.º O fundo social do Syndicato será constituido pelos bens proprios, na conformidade da lei, e pelas joias de entrada, quotas e commissões pagas pelos socios, subsidios e quaesquer donativos ou legados de particulares.

CAPITULO VI

Dissolução do Syndicato

Art. 22.º O Syndicato poderá ser dissolvido, quando a assembleia reunida em conformidade com o artigo 19.º, assim o delibere.

Art. 23.º No caso da dissolução do Syndicato, proceder-se-ha á sua liquidação, satisfazendo as dividas e repartindo o resto dos valores na seguinte proporção:

1.º Restituem-se aos socios benemeritos as quantias com que tenham beneficiado o Syndicato;

2.º O restante activo do Syndicato será dividido pelos socios fundadores e ordinarios, ao tempo da dissolução, em proporção do capital em joias e quotas com que tenham entrado para o Syndicato.

Assinaram a escritura do presente Syndicato: Abel Augusto da Costa Amaral, Antonio Fernandes de Carvalho, Francisco Mendes Nuncio, Francisco da Silva Brito, Joaquim Maria Dias de Vasconcellos, Joaquim Mendes Nuncio, Joaquim Mendes Nuncio Junior, José Correia Carneiro, José Serra Lince, Luis Antonio Carraça, Miguel dos Reis Mendes.

Paços do Governo da Republica, em 5 de abril de 1911. — O Ministro do Fomento, Manuel de Brito Camacho.

Direcção Geral do Commercio e Industria

Repartição do Trabalho Industrial

Sendo conveniente que se exerça a devida fiscalização na via ferrea da Companhia de Carris de Ferro do Porto, entre o Porto e Leça, com tracção a vapor, para assim se acatular melhor o publico e o pessoal da propria linha contra desastres;

Tendo se averiguado que não se exercia essa fiscalização senão nas caldeiras a vapor das respectivas machinas locomotoras;

E estando já a cargo das inspecções industriaes da 1.ª e 5.ª circunscrição as vias ferreas do Bom Jesus a Braga e a da Senhora do Monte no Funchal:

Hei por bem determinar que a inspecção industrial da 1.ª circunscrição exerça a fiscalização do material e do serviço de caminho de ferro do Porto a Leça, da Companhia de Carris de Ferro do Porto, nas mesmas condições em que é exercida pela Direcção Fiscal da Exploração dos Caminhos de Ferro a fiscalização das vias ferreas ordinarias.

Paços do Governo da Republica, em 3 de abril de 1911. — O Ministro do Fomento, Manuel de Brito Camacho.

Repartição da Propriedade Industrial

2.ª Secção

Patentes de Invenção

Aviso de pedidos

Em cumprimento do disposto no artigo 18.º do regulamento para a execução do serviço da propriedade industrial de 28 de março de 1895, e para conhecimento dos

interessados, se annuncia que, nos dias abaixo designados, foram pedidas addições a patentes de invenção pelos individuos constantes da relação que segue:

N.º 7:711.

A Sociedade Schneider & Cia, com séde em Le Creusot, Saône-et-Loire, França, requereu, pelas tres horas da tarde do dia 25 de março de 1911, patente de invenção para: «Dispositivo para a transmissão do fogo entre a espoleta e a escorva das granadas de explosivos», reivindicando o seguinte:

(1.º Um dispositivo para a transmissão do fogo entre a espoleta e a escorva das granadas de explosivos, que permite obter á vontade a transmissão directa do fogo á escorva ou esta transmissão com um certo atraso, caracterizado por um porta-escorva (7-8) em cuja cabeça (6) está alojado um porta fogo (4) com canal central (c) carregado com comprimido de polvora ou de polvorinho, e um ou mais canaes levemente desviados do eixo (b) carregados de polvorinho ou de comprimido de polvora; sendo a dita cabeça (6) do porta-escorva aparafusada n'um envolvero (a) formado em prolongamento do corpo de espoleta (1) e cujo fundo é perforado com uma comunicação axial (2 m) com o corpo de espoleta: de modo que o aparafusamento variavel do porta-escorva no envolvero (a) leva um obturador (3), livre ou solidario com um dos dois elementos, a libertar a passagem directa do fogo ou a obter esta ultima para a transmissão através da ou das conductas carregadas de comprimido de polvora;

2.º Uma forma de execução na qual o canal axial (c) do porta-fogo (4) é carregado de comprimido de polvora (5) na sua haste superior desembocando canaes lateraes (b) carregados de polvorinho neste canal axial (c) por debaixo do comprimido; tendo o dito canal (c), na sua parte superior, um alargamento (3) que, por aparafusamento do porta-escorva, se pode introduzir n'um alargamento da conducta axial (2) do fundo do envolvero (a), fazendo-se a transmissão então forçadamente através do comprimido de polvora;

3.º Uma variante na qual o canal axial (c) do porta-fogo, carregado de polvorinho, é deo na sua parte superior alargada (c') onde se pode introduzir ou que pode cobrir um obturador (3) solidario com o fundo do envolvero (a) ou formado por uma esfera ou uma correição interposta; a obturação por aparafusamento do porta-escorva (6-7-8) no envolvero (a) do corpo de espoleta, formando a transmissão directa do fogo por obturação do dito canal axial, e obrigando o fogo a passar por uma derivação (d-b) carregada de comprimido de polvora (5);

4.º Uma forma de execução na qual um tambor (barillet) (n) crivado de uma corda de conductas (p p' p'') uma das quaes está vazia e as outras estão carregadas de quantidades crescentes de comprimido, está montado n'uma gola do porta-fogo e immobilizado no envolvero (a) do corpo de espoleta, de modo que o aparafusamento variavel do porta-escorva (7-8) produz a rotação do porta-fogo (4) em relação ao tambor (barillet) e leva pela transmissão directa ou mais ou menos retardada, uma ou outra das conductas d'este ultimo em frente de uma luz (r) de comunicação com o corpo de espoleta e de uma ramificação (d-b) do canal axial (c) do porta fogo;

5.º Para regular o dispositivo caracterizado como foi dito nos paragraphos precedentes, no caso em que é montado sobre um projectil, um órgão manobrável por meio de uma chave reguladora e constituido por um chapéu (13) cobrindo a parte superior do corpo de espoleta e munido de uma cauda (14) movel n'uma porca de retenção (16) aparafusada no fechamento do topo (17) do projectil; sendo o chapéu (13) introduzindo por dentes (12), em ranhuras (11) do corpo de espoleta, e podendo, pelas espigas (20) ser detido n'uma serie de cavidades (21) do projectil, depois de ter arrastado o corpo de espoleta para uma posição angular variavel em relação ao porta-escorva calçado no projectil.»

N.º 7:712.

Francisco Maria da Silva, electricista, residente em Lisboa, requereu, pelas tres horas da tarde do dia 25 de março de 1911, patente de invenção para: «Apparelho denominado Apito Automatico», reivindicando o seguinte:

1.º Apparelho denominado apito automatico, caracterizado por conter camaras de ar que funcionam por meio de um motor electrico; e, por tubos que, atravessando as paredes exteriores do edificio, fazem funcionar uns apitos para o lado da rua, para a chamada de soccorros policiaes.

2.º O apparelho reivindicado em 1, caracterizado pelo seu modo de comunicação com as portas exteriores e interiores do edificio, portas e gavetas dos moveis, etc. a resguardar do gatuagem.

3.º O apparelho reivindicado em 1 e 2, caracterizado pelo sistema descripto, de «Apito por compressão do ar».

N.º 7:713.

Victor Nightingall, subdito britannico, engenheiro electricista, residente em Melbourne, Victoria, Australia, requereu pela uma hora e meia da tarde do dia 27 de março de 1911, patente de invenção para: «Aperfeiçoamentos em apparelhos electricos de cosinhar e de aquecer agua», reivindicando o seguinte:

1.º Um apparelho electrico de cosinhar, composto de uma camara interior, uma camara exterior, material não conductor entre as ditas camaras, um aquecedor ou queimador, na dita camara interior, e meios para se poder, automaticamente, regular a passagem da corrente de electricidade ao dito queimador ou aquecedor; em substancia como na memoria está descripto e para os fins que d'ella constam.

2.º Um apparelho electrico de cosinhar, composto de uma camara interior, uma camara exterior, material não conductor entre as ditas camaras, um aquecedor ou queimador, na dita camara interior, e um arteificio tornado operativo por calor, adaptado para, automaticamente, fazer funcionar um commutador, destinado a regular a passagem da corrente de electricidade ao dito aquecedor ou queimador; em substancia como na memoria está descripto e para os fins que d'ella constam.

3.º Um apparelho electrico de cosinhar, que abrange uma camara interior, uma camara exterior, o vacuo entre as ditas camaras, um aquecedor ou queimador na dita camara interior, e um arteificio, tornado activo por calor, adaptado para, automaticamente, fazer um commutador funcionar para regular a passagem da corrente electrica ao dito aquecedor ou queimador; em substancia como na memoria está descripto e para os fins que d'ella constam.

4.º Um apparelho electrico de ferver agua ou aquecer-a, composto de uma camara de levar agua, metida em outra camara, material que não é conductor, entre as ditas camaras, um queimador immerso na dita camara que leva a agua, e meios para se poder, automaticamente, regular o fornecimento de corrente electrica ao dito queimador; em substancia como na memoria está descripto e para os fins que d'ella constam.

5.º Um apparelho electrico de ferver agua, ou esquentador, composto de uma camara, destinada a levar agua, e que está metida

em uma camara exterior, material não conductor, entre as ditas camaras, um queimador immerso no interior da dita camara de levar agua, e um arteificio, activado por calor, adaptado para, automaticamente, fazer um commutador funcionar para regular e fornecimento de corrente electrica ao dito queimador; em substancia como na memoria está descripto e para os fins que d'ella constam.

6.º Um apparelho electrico de ferver agua, ou esquentador, composto de uma camara, destinada a levar agua, metida em outra, exterior, havendo o vacuo entre as ditas camaras, um queimador immerso no interior da dita camara que leva a agua, e um arteificio activado por calor, adaptado para, automaticamente, fazer um commutador funcionar para regular o fornecimento de corrente electrica ao dito queimador; em substancia como na memoria está descripto e para os fins que d'ella constam.

7.º Em um apparelho electrico para cosinhar ou aquecer agua, um termometro mercurial, uma haste de contacto, corrediça, que pode ser ajustada, e que se estende até ao interior do thermometro, e está ligada, no sentido electrico, a um electro-iman ou solenoide, que domina um commutador, corta-circuitos, mettido no circuito electrico, principal, que conduz ao queimador; em substancia como na memoria está descripto e para o fim n'ella especificado.

8.º Em um apparelho electrico de cosinhar, ou esquentador de agua, um termometro mercurial, uma haste de fazer contacto, que n'elle corre, podendo ser ajustada, um ponteiro na dita haste e um indicador; em substancia como na memoria se descreve e para os fins n'ella especificados;

9.º Em um apparelho electrico de cosinhar, ou esquentador de agua, um termometro mercurial, uma haste de fazer contacto, que n'elle corre, podendo ser ajustada, em combinação com um commutador de cortar corrente, que consta de um vaso em que ha mercurio e oleo, peças de contacto, adaptadas para fazer contacto com o dito mercurio, sendo uma das ditas peças de contacto adaptada para ser erguida, a fim de romper o circuito principal, ou de aquecimento, quando o circuito secundario é completado através do dito thermometro; em substancia como na memoria está descripto e para os fins n'ella especificados;

10.º Em uma caldeira ou esquentador electrico de agua, um queimador, que consta de uma ou mais bobinas de fio metallico, de elevada resistencia, enroladas em helice, ou de outro modo, no interior de um envolvero metallico, ou de outra especie, tiras de material, não conductor e resistente ao calor, entre cada espira do dito fio de elevada resistencia, um recheio de areia ou outro material, bom conductor de calor e mau conductor de electricidade, no dito envolvero, e uma tampa destinada a fechar hermeticamente o dito envolvero; em substancia como na memoria está descripto e para os fins n'ella especificados;

11.º Em um apparelho electrico de aquecer ou ferver ferver agua, um queimador que consta de uma ou mais bobinas de fio de elevada resistencia, enroladas em helice, ou de outro modo, no interior de um envolvero de metal, ou de outro material, tiras de material não conductor e resistente ao calor, collocadas entre cada espira do dito fio de elevada resistencia, um recheio de areia ou de outro bom conductor de calor e mau conductor de electricidade, mettido no dito envolvero, e uma tampa para fechar hermeticamente o dito envolvero, e bornes, ou tubos, que sobressaem do dito envolvero ou da tampa d'elle, até fóra da superficie da agua; em substancia como na memoria está descripto e para os fins n'ella especificados;

12.º Em um apparelho electrico de cosinhar ou de aquecer agua, um commutador de cortar circuitos, que funciona automaticamente e consta de um electro-iman, uma armadura oscillante, um fio ou haste de contacto preso á dita armadura, e adaptado para fazer contacto em um vaso que encerra mercurio, uma ligação flexivel entre a dita armadura e um borne no circuito principal, e uma ligação entre o vaso de mercurio e outro borne, no circuito principal, em combinação com um indicador; na mesma armadura, para indicar quando a corrente transita ou não transita; em substancia como na memoria está descripto e para os fins especificados;

13.º Em um apparelho electrico de cosinhar ou aquecer agua, um accumulador (como 40), no circuito principal, e ligado a um arteificio, activado por calor, e um commutador de cortar a corrente principal, por elle dominado; em substancia como na memoria está descripto e para os fins n'ella especificados;

14.º Em um apparelho electrico de cosinhar ou aquecer agua, um transformador que tem as suas bobinas primarias unidas ao circuito principal ou de aquecimento, e as suas bobinas secundarias unidas a um arteificio, que o calor faz funcionar, ligado a um commutador corta-circuitos, que activa mettido no dito circuito principal, ou de aquecimento; em substancia como na memoria está descripto e para os fins n'ella especificados;

15.º Em um apparelho electrico para cosinhar ou aquecer agua, um transformador activado pela corrente principal, em combinação com um termometro de fechar circuitos, posto em circuito com um electro iman, disposto de modo que possa fazer funcionar um corta-circuitos de mercurio, mettido no circuito principal; em substancia como na memoria está descripto e para os fins que d'ella constam;

16.º Em um apparelho electrico de cosinhar, uma camara interior, uma camara exterior, material não conductor entre essas camaras, um aquecedor ou queimador na dita camara interior, um commutador, corta-circuitos, que está no circuito electrico principal que vai ter ao dito aquecedor ou queimador, um electro-iman ou solenoide, ligado ao dito commutador, e um termometro com dois ou mais fios fixos de contacto, prolongados até dentro do dito thermometro, em combinação com um commutador, por meio do qual um ou outro dos ditos fios poderá ser posto em circuito com o dito iman ou solenoide; em substancia como na memoria está descripto e para os fins n'ella especificados.

17.º Em um apparelho electrico de cosinhar, uma camara interior, uma camara exterior, o vacuo entre essas camaras, um aquecedor ou queimador na dita camara interior, um commutador, corta-circuitos, que está no circuito electrico principal que vai ter ao dito aquecedor ou queimador, um electro-iman ou solenoide, ligado ao dito commutador, e um termometro com dois ou mais fios fixos de contacto, prolongados até dentro do dito thermometro, em combinação com um commutador, por meio do qual um ou outro dos ditos fios poderá ser posto em circuito com o dito iman ou solenoide; em substancia como na memoria está descripto e para os fins n'ella especificados.

18.º Em uma caldeira ou esquentador electrico de agua, uma camara, destinada a levar agua, metida em uma camara exterior, material não conductor entre essas camaras, um queimador immerso no interior da dita camara que leva agua, um electro iman ou solenoide, ligado a um commutador, corta circuitos, mettido no circuito electrico principal do dito queimador, e um termometro, com dois ou mais fios de contacto prolongados até dentro do dito thermometro, em pontos fixos, em combinação com um commutador, ligado a cada fio individual de contacto, estando o dito commutador e o fio de contacto, no circuito electrico que domina o dito electro-iman ou solenoide; em substancia como na memoria está descripto e para os fins que d'ella constam.

19.º Em um apparelho electrico de aquecer ou ferver agua, uma camara, destinada a levar agua, metida em uma camara exterior, o vacuo entre as ditas duas camaras, ou queimador immerso no interior da dita camara que leva agua, um electro-iman ou solenoide, ligado a um commutador, corta circuitos, no circuito electrico principal do dito queimador, e um termometro, com dois ou mais fios de contacto, que são prolongados até dentro do dito thermometro, em pontos fixos, em combinação com um commutador, ligado a cada fio individual de contacto, estando o dito commutador e o fio de contacto, no circuito electrico que domina o dito electro-iman ou solenoide; em substancia como na memoria está descripto e para os fins que d'ella constam.